



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 5/2023

----- Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha de São Jorge, em reunião extraordinária, na sala de reuniões da Casa Museu Cunha da Silveira, verificando-se as ausências dos Conselheiros João Leobino de Sousa e Angelina Maria Bettencourt Santos Rocha, por ausência da ilha, cujas faltas se encontram devidamente justificadas. -----

-----No período antes da ordem do dia a Senhora Presidente colocou à consideração dos conselheiros a ata n.º 4/2023. Não havendo inscrições, passou-se de seguida, à votação da ata n.º 4/2023, da reunião ordinária de 18 de outubro, que foi aprovada por unanimidade. -----

-----Antes de iniciar a ordem de trabalhos, a Senhora Presidente do Conselho de Ilha questionou se algum dos conselheiros presentes se pretendia inscrever para os assuntos fora da ordem do dia, nomeadamente, assuntos de interesse para a Ilha, não havendo inscrições, deu início à ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um: **Elaboração de Parecer Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”;** -----

-----Ponto dois: Outros assuntos. -----

-----Antes de iniciar a ordem de trabalhos, a Senhora Presidente do Conselho de Ilha fez um pequeno enquadramento do motivo da convocatória, informando que o parecer deve ser remetido até ao dia 14 de novembro, pelo que desta reunião devem resultar as linhas orientadoras do documento, aprovando-se em minuta para que se possa dar seguimento. -----

-----Dando cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente passou à leitura do contributo da Conselheira Angelina Rocha, que ficará em anexo à presente ata. -----

-----De seguida, passou a palavra ao representante do Governo Regional, Roger Sousa, para que procedesse ao enquadramento sucinto da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha questionou se algum dos conselheiros presentes se pretendia inscrever, tendo-se inscrito o Conselheiro Orlando Gomes. -----

-----Referiu que as respostas do Governo Regional têm sido rececionadas com relativo atraso face aos prazos pretendidos e que esta última resposta, caso tivesse sido rececionada mais cedo teria permitido a análise da proposta com outra perspetiva. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 5/2023

-----Continuou, questionando relativamente à resposta do Governo Regional sobre a inclusão no plano da construção do novo módulo do Centro de Saúde de Velas, salientando que no plano consta a rúbrica, mas para o encerramento da obra. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha concedeu a palavra à Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, que clarificou a questão do Conselheiro Orlando Gomes, referindo que, uma vez que a ação é referente ao edifício do Centro de Saúde, apesar de ser relativa ao encerramento da obra, é possível incluir nesta ação estes trabalhos, que já começaram a ser desenvolvidos para o novo bloco do Centro de Saúde. -----

-----O Conselheiro Orlando Gomes questionou, ainda, sobre o que seria pretendido com o novo módulo a ser construído no Centro de Saúde e se o Concelho da Calheta foi consultado relativamente às necessidades do Centro de Saúde. -----

-----Tomou a palavra o representante do Governo, Roger Sousa, deixando claro que não se revê na forma como são proferidos alguns discursos na sessão do Conselho de Ilha. Prossegue, indicando que não dispõe informação relativamente ao facto de o Concelho da Calheta ter sido consultado ou não sobre a obra, no entanto refere que existe um único Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, que, em articulação com a tutela, decide quais são os investimentos para São Jorge, ouvindo, ou não, a população. Referindo ainda, que quando foram projetadas as obras de reabilitação do Centro de Saúde de Velas, já foram projetadas de forma que, no futuro, fosse contruído um novo bloco a sul, não se tratando de um projeto novo. Indica que o que está pensado para esse novo bloco será o Serviço de Urgência, gabinetes médicos, internamento, raio-x, sala de autópsia, sala de frio, sala para a casa mortuária e sala para economato. Não obstante, informou que ainda haverá um estudo prévio para analisar estas necessidades e posterior tomada de decisão. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha passou a palavra à Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, que complementou a informação anterior, indicando que esta reivindicação já é da anterior legislatura, apresentada em sede de plano e orçamento tendo surgido da opção política de reabilitar a infraestrutura existente, limitada à estrutura física atual, que não permitia ampliação, sendo assim, uma forma de reestruturar serviços e criar espaços necessários. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha deu a palavra ao Senhor Presidente do Município da Calheta, Décio Pereira, referindo que irá atribuir o benefício da dúvida à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”, não deixando passar



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 5/2023

em claro determinadas questões relativas à ilha de São Jorge, em particular, ao Concelho da Calheta, designadamente, investimentos na Fajã de Santo Cristo. Indicou ser de opinião que a verba destinada a reabilitação de estradas regionais e espaços contíguos é limitada. Referiu que a questão social deveria ser revista, designadamente na área do emprego, entre outras questões. Concluiu, indicando que o seu voto à Proposta será favorável. -----

-----Tomou a palavra o Conselheiro António Laureno, referindo o seu constrangimento relativamente ao facto de não existir qualquer ação para a Caldeira de Santo Cristo. Indicou, ainda, a falta de entendimento, aparente entre as “Pescas” e o “Ambiente”. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha concedeu a palavra à Senhora Deputada Catarina Cabeceiras que informou que estão previstos 50.000€ destinados à infraestrutura para a Caldeira de Santo Cristo e que tinha sido apresentado ao Município da Calheta no âmbito da visita estatutária, informação esta que foi desmentida pelo Senhor Presidente do Município da Calheta, Décio Pereira, alegando que não foi apresentado qualquer projeto. -----

-----Inscreveu-se o Conselheiro Orlando Gomes, relativamente ao ponto que pediu para introduzir no anterior parecer mas foi rejeitado, respeitante à renovação e ampliação do Centro de Saúde da Calheta, com dotação de um aparelho de TAC, remetendo-se à resposta do Governo Regional, no sentido de que tem sido prioridade daquele governo capacitar todas as ilhas com um TAC, existindo um TAC na freguesia dos Rosais. Refere que não houve resposta à renovação e ampliação do Centro de Saúde da Calheta. Quanto ao TAC na Freguesia dos Rosais questionou se o investimento do TAC foi do Governo. -----

-----Tomou a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, referindo que não existia valência de TAC em São Jorge e que, em colaboração com o Município de Velas, através da cedência de um espaço, foi instalado um TAC na Freguesia dos Rosais através de um investimento privado de um médico com ligações à ilha, ao qual o Serviço Regional de Saúde recorre, ao invés de encaminhar os pacientes para outra ilha. Indica, também, que se verifica a necessidade de avaliar os apoios aos utentes da ilha que necessitam de se deslocar de locais mais longínquos. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha concedeu a palavra ao Conselheiro João Paulo Oliveira, referindo que é necessário avaliar o valor do investimento e salvaguardar o facto de que existiu investimento, independentemente do local onde está situado e é uma mais-valia para São Jorge. Questiona porque é que em vez de se reivindicar mais um TAC, não se reivindica uma ressonância magnética para complementar o TAC. Referiu que a discussão se centra no facto de o



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 5/2023

TAC estar nas velas e não estar na Calheta, e que, como é óbvio, o Governo não vai colocar um segundo TAC na ilha. Indicou que se deve reivindicar o que não se tem, e não querer igual em ambos os Concelhos, uma vez que não há população suficiente para um segundo investimento do mesmo equipamento. Conclui com a premissa de que é mais vantajoso poder fazer o exame na ilha, do que ter de se deslocar para outra ilha pelo mesmo propósito. -----

-----Tomou a Palavra o Conselheiro Arlindo Teixeira, que referiu que não se trata de uma disputa entre Concelhos, mas sim a pensar nas dificuldades e custos de deslocação das pessoas. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha passou a palavra ao Conselheiro Orlando Gomes, que demonstrou a sua preocupação com o PRR, **que é o canal de investimento dos TAC's**, e gostaria de saber qual o custo deste serviço para os cofres do Governo e como está protocolado. -

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha tomou a palavra, indicando que não tem informação relativamente aos protocolos existentes, no entanto referiu que segundo o Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha e São Jorge, **o número de TAC's aumentou**, relativamente ao período em que não se dispunha desta valência na ilha, uma vez que, em situações de dúvida, mais facilmente se podia recorrer ao exame, isto porque anteriormente, nestas situações, nem sempre era autorizado o encaminhamento para outra ilha. Indicou também que, em situações de urgência, não existindo os meios humanos, o paciente é evacuado. Referiu ainda que, no caso de a Unidade de Saúde da Ilha e São Jorge ser detentora desta valência, provavelmente não estará isenta de ter certificação para o efeito, certificação esta, com custos que poderão rondar os 50.000€.

-----Tomou a palavra o representante do Governo, Roger Sousa, referindo que os fundos do PRR não são infinitos, existindo uma parcela adstrita a Portugal e, subsequentemente, uma parcela adstrita à Região Autónoma dos Açores, conforme acordado entre ambas as partes. Salientou que as regras do PRR não permitem financiar um equipamento para uma ilha na qual já existe o mesmo.

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha passou a palavra ao Conselheiro Luís Monteiro, que referiu que, uma vez que existem técnicos no serviço público habilitados para a realização dos exames, o ideal seria o privado aproveitar esses recursos fora do seu período de trabalho. Referiu também que seria pertinente averiguar o número de TAC's realizados em São Jorge por ano, para a correta análise e posterior averiguação da necessidade de um investimento em duplicado. -----

-----No seguimento do ponto número um, a Senhora Presidente solicitou a intenção de voto dos presente relativamente à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - "Plano Regional



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 5/2023

Anual para o ano de 2024", tendo a mesma sido votada por maioria, com 23 votos a favor e 2 votos contra. -----

-----Foi elaborado, então, o parecer com os contributos de todos os conselheiros presentes. -----

-----**PARECER**-----

-----Em resposta ao solicitado por V. Ex.^a, através da comunicação de 27 de outubro e 10 de novembro de 2023, o Conselho de Ilha de São Jorge, reunido extraordinariamente a 13 de novembro de 2023, emite, por maioria, parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2024". -----

-----Antes de mais, gostaríamos de congratular a resposta a este órgão, situação que habitualmente não se verifica, contudo, consideramos indispensável, para além da clarificação dos projetos/ações, a importância da sua concretização. -----

-----Importa, ainda, salientar a preocupação deste Conselho relativamente à reduzida dotação inscrita em diversas rubricas, como se pode verificar no que respeita às Obras Públicas e Transportes. -----

-----A aprovação da proposta por parte deste Conselho de Ilha continua a demonstrar um voto de confiança no Governo Regional dos Açores, tendo em conta que, no nosso entendimento, o solicitado se enquadra nas medidas previstas para o próximo ano e para as quais pedimos uma especial atenção no sentido da sua execução, por forma a permitir o contínuo e adequado desenvolvimento, nos mais variados setores, da nossa Ilha. -----

-----Relativamente ao ponto 2 da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente do Conselho de Ilha questionou se algum dos conselheiros presentes se pretendia inscrever, tendo-se inscrito o Conselheiro António Laureno, para colocar uma questão à Conselheira Paula Borges, responsável pelas Obras Públicas em São Jorge, embora não esteja a desempenhar essas funções no CI, sobre as opções tomadas relativamente à limpeza da via rápida, que obrigou ao encaminhamento do trânsito ligeiro para a freguesia da Urzelina, não tendo sido considerado o estado das estradas e o perigo para os peões. -----

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha passou a palavra à Conselheira Paula Borges, referindo que compreendia a situação, mas o que é certo, é que a intervenção já devia ter ocorrido há mais tempo e por esse motivo, atendendo à complexidade da intervenção, não é seguro permitir o trânsito durante os trabalhos. -----



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 5/2023

-----A Senhora Presidente do Conselho de Ilha passou a palavra ao Conselheiro Orlando Gomes, que referiu que, relativamente à evacuação de pacientes em que há necessidade de acompanhamento de enfermeiro, que lhe foi transmitido pelos enfermeiros do Centro de Saúde que quando se deslocam tem direito à remuneração normal acrescida das ajudas de custo, enquanto enfermeiros de outras ilhas, na mesma situação, estão a ser remunerados em trabalho extraordinário. Referiu que seria de todo o interesse ter em atenção este tipo de remunerações e uniformizar as mesmas para todas as ilhas. Abordou também a situação do ginásio da escola da Calheta que até à presente data ainda não tinha solução para o problema da humidade. -----

-----Interveio a senhora Deputada Catarina Cabeceiras, informando que não tem conhecimento desta situação, no entanto irá averiguar junto da Secretaria e da Ordem dos Enfermeiros. Referiu também que relativamente ao pavilhão da Calheta foi ativada a garantia de obra e que se tem pressionado de modo que a situação se resolva com a maior brevidade possível. Informou também que o empreiteiro transmitiu que iria subcontratar uma empresa local para proceder às reparações necessárias. -----

E nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho de Ilha deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei. -----

A Presidente da reunião:



Os Secretários da reunião:




